RESOLUÇÃO GPGJ Nº 2.637, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024.

Altera atribuições de órgãos de execução do Ministério Público e dá outras providências.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO os achados do Projeto Mosaico, de iniciativa da Subprocuradoria-Geral de Justiça de Planejamento e Políticas Institucionais e do Laboratório de Inovação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que tem por objetivo explorar desenhos mais eficientes de atribuições, táticas de atuação e instrumentos de investigação para os órgãos de execução do Ministério Público;

CONSIDERANDO a sugestão de criação de órgãos especializados com atribuições cíveis e criminais para a otimização do enfrentamento à corrupção pelo Ministério Público, nos termos da Recomendação nº 42, de 23 de agosto de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público e da Nota Técnica nº 002/2023 do Grupo Nacional de Defesa do Patrimônio Público do Conselho Nacional de Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União;

CONSIDERANDO a possibilidade de incremento da efetividade da defesa do patrimônio público e do meio ambiente por meio do aprimoramento das atribuições e táticas dos órgãos de execução do MPRJ;

CONSIDERANDO a necessidade de redefinição das atribuições dos órgãos de execução do Ministério Público, para adequá-los às novas demandas sociais;

CONSIDERANDO o deliberado pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça na sessão de 11 de novembro de 2024;

CONSIDERANDO, por fim, o que consta no Procedimento SEI nº 20.22.0001.0029495.2023-21,

RESOLVE

Art. 1º - Incumbe à 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio (1PJTCNCF), na área territorial compreendida pelos Municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios:

I - officiar nas ações civis públicas, nas ações populares conexas a estas, bem como nos inquéritos civis, procedimentos preparatórios, procedimentos administrativos e notícias de fato relativas às seguintes matérias:

- a) Meio Ambiente;
- b) Urbanismo;
- c) Patrimônio Histórico e Cultural;
- d) Consumidores e Contribuintes.

II - a investigação e persecução dos atos de improbidade administrativa relacionados à proteção dos direitos transindividuais elencados neste artigo, desde que o ato afete direta e imediatamente a eficiência do serviço público, programa de governo ou outro instrumento de política pública cuja análise exija conhecimento específico da normatização ou do sistema em que se encontre inserido;

III - a investigação penal, nos termos da Resolução GPGJ nº 1.468, de 4 de novembro de 2008, de forma concorrente à Promotoria de Investigação Penal de Cabo Frio (PIPCF), à Promotoria de Justiça de Arraial do Cabo (PJAC) e às 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Armação dos Búzios (1PJAB e 2PJAB), nas hipóteses e termos previstos nos arts. 3º e 5º;

IV - atuar nos procedimentos em trâmite nos Juizados Especiais Adjuntos Criminais de Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios, até o oferecimento da denúncia, de forma concorrente à Promotoria de Justiça junto ao Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Adjunto Criminal de Cabo Frio (PJEGRIMCF), à PJAC e às 1PJAB e 2PJAB nas hipóteses e termos previstos nos arts. 3º e 5º.

Art. 2º - Incumbe à 2ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio (2PJTCNCF), na área territorial compreendida pelos Municípios de Cabo Frio, Arraial do Cabo e Armação dos Búzios:

I - oficiar nas ações civis públicas, nas ações populares conexas a estas, bem como nos inquéritos civis, procedimentos preparatórios, procedimentos administrativos e notícias de fato relativas à defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa, incluindo medidas preventivas, estruturantes e de transparência para a sua proteção;

II - a investigação e persecução dos atos de improbidade administrativa, salvo quanto ao disposto no art. 1º, inciso II, desta Resolução e no art. 1º da Resolução GPGJ nº 2.263 de 17 de dezembro de 2018;

III - a investigação penal, nos termos da Resolução GPGJ nº 1.468, de 4 de novembro de 2008, de forma concorrente à PIPCF, à PJAC e às 1PJAB e 2PJAB, nas hipóteses e termos previstos nos arts. 3º e 5º; e

IV - a defesa, extrajudicial e judicial, inclusive preventiva, de direitos transindividuais que sejam relativos a temas não inseridos nas atribuições das 1ª e 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Cabo Frio.

Art. 3º - O exercício da atribuição criminal citada nos art. 1º, incisos III e IV, e art. 2º, inciso III, pelas 1PJTCNCF e 2PJTCNCF, dar-se-á exclusivamente diante de fatos ou notícias que em tese configurem ilícitos tanto penais quanto cíveis, desde que atendidas as seguintes condições, cumulativamente:

I - O exercício da atribuição criminal se mostrar como tática de atuação mais efetiva na defesa dos interesses tutelados, a critério do membro em atuação na 1PJTCNCF ou na 2PJTCNCF; e

II - Inexistência de Procedimento de Investigação Criminal (PIC) previamente instaurado ou de Inquérito Policial (IP) ou Termo Circunstanciado (TC) previamente distribuído às promotorias de justiça com atribuição concorrente na forma dos incisos III e IV do art. 1º e do inciso III do art. 2º.

Parágrafo único - O exercício da atribuição criminal de que trata esse artigo deverá ser imediatamente comunicado ao órgão de execução com atribuição concorrente, bastando como fundamentação a referência ao disposto nesta Resolução.

Art. 4º - Nos casos em que já houver PIC instaurado, ou IP ou TC distribuído, o exercício da atribuição criminal na forma do art. 1º, incisos III e IV, e do art. 2º, inciso III, dependerá de consentimento prévio, expresso e irretratável do órgão de execução condutor do PIC ou ao qual houver sido distribuído o IP ou TC.

Art. 5º - Após firmada a atribuição criminal nas 1PJTCNCF e 2PJTCNCF, nos termos dos arts. 3º e 4º, o declínio da atribuição criminal em favor das PIPCF, PJEGRIMCF, PJAC, 1PJAB e 2PJAB depende do consentimento expresso do membro em exercício nestes órgãos de execução.

Art. 6º - Quando do exercício da atribuição criminal nos termos dos arts. 3º e 4º, incumbirá às 1PJTCNCF e 2PJTCNCF a adoção de todas as medidas instrutórias e persecutórias, dentre as quais:

I - Instaurar e/ou conduzir procedimentos investigatórios criminais, oficiar em inquéritos policiais e oferecer ação penal;

II - Requisitar e/ou promover captação ambiental, interceptação telefônica e telemática, quebra de sigilo bancário e/ou fiscal, confisco, indisponibilidade e demais medidas assecuratórias de bens e valores, dentre outras previstas em lei;

III - Celebrar acordo de não persecução penal, transação penal, colaboração premiada ou outras espécies de instrumentos negociais criminais ou cíveis cabíveis.

Art. 7º - A opção das 1PJTCNCF e 2PJTCNCF por exercerem a atribuição criminal, nos termos do art. 3º e art. 4º, não afasta a possibilidade de atuação conjunta, pela PIPCF, PJECRIMCF, PJAC, 1PJAB e 2PJAB.

§1º - A atuação conjunta na forma do caput dependerá da concordância do órgão de execução condutor das investigações, no prazo de cinco dias da solicitação.

§2º - O silêncio, após cinco dias da solicitação de atuação conjunta, implica em concordância tácita, devendo a recusa ser motivada por escrito.

Art. 8º - Ficam mantidas as atribuições da PJAC, 1PJAB, 2PJAB, PIPCF e PJECRIMCF, ressalvadas as hipóteses previstas no art. 3º e seguintes desta Resolução.

Art. 9º - Esta Resolução entrará em vigor em 1º de janeiro de 2025.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 2024.

Luciano Oliveira Mattos de Souza

Procurador-Geral de Justiça